

Aula 00

*TJ-SP (Escrevente Judiciário)
Atualidades - 2021 (Pós-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

30 de Julho de 2021

Sumário

Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais – I	5
1 – Blocos econômicos	5
1.1 União Europeia	5
1.2 MERCOSUL	9
1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)	11
1.4 Parceria Econômica Regional Abrangente	11
2 – Islamismo, Mundo Árabe e Oriente Médio	12
3 – A Primavera Árabe	13
4 – O fundamentalismo Islâmico	13
5 – O terrorismo	14
6 – A questão Israel-Palestina	15
7 - Golpe Militar em Mianmar	18
Questões Comentadas	20
Lista de Questões	25
Gabarito	28
Resumo	29



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (TJ-SP)**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso. Conforme o edital serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do 1º semestre de 2021, divulgados na mídia local e/ou nacional.

Vejam que é um conteúdo datado. Serão cobrados conhecimentos sobre fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2021 até o momento em que o examinador elaborar a prova, o que deve ocorrer em torno de trinta dias antes da sua aplicação, que será em 31/10/2021.

Desta forma, nas aulas 00, 01, 02 e 03, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Nas aulas 04, 05 e 06 teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo a partir de julho de janeiro de 2021. A aula 07 é de questões simuladas, de minha própria autoria, com base em fatos selecionados das retrospectivas mensais de Atualidades.

Vejamos, agora, o cronograma do nosso curso:



Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais - I
01	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais - II
02	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - I
03	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais - II
Aula 04	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Janeiro a Março de 2021
Aula 05	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Abril a Junho de 2021
Aula 06	Retrospectivas Mensais de Atualidades - Julho a Setembro de 2021
Aula 07	Simulados de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de 300 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Atualidades, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, às vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.



De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia, sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem nos esquecermos dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram:** [profleandrosignori](#), **Telegram:** <https://t.me/profleandrosignori> e **YouTube:** [Leandro Signori](#). Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)



QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS INTERNACIONAIS – I

Nesta primeira aula vamos estudar um tema de economia internacional que são os blocos econômicos. Na sequência vamos fazer uma breve abordagem sobre o Islamismo, o mundo árabe, o Oriente Médio e o terrorismo. É uma contextualização importante que vai lhe auxiliar a compreender fatos diversos relacionados a esses temas. Na sequência, vamos estudar a questão Israel-Palestina e os conflitos que ocorreram em maio de 2021. Por fim, vamos falar do golpe militar ocorrido em Mianmar, em fevereiro de 2021.

1 – Blocos econômicos

A globalização incentivou e ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.
- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.
- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que caem nas provas.

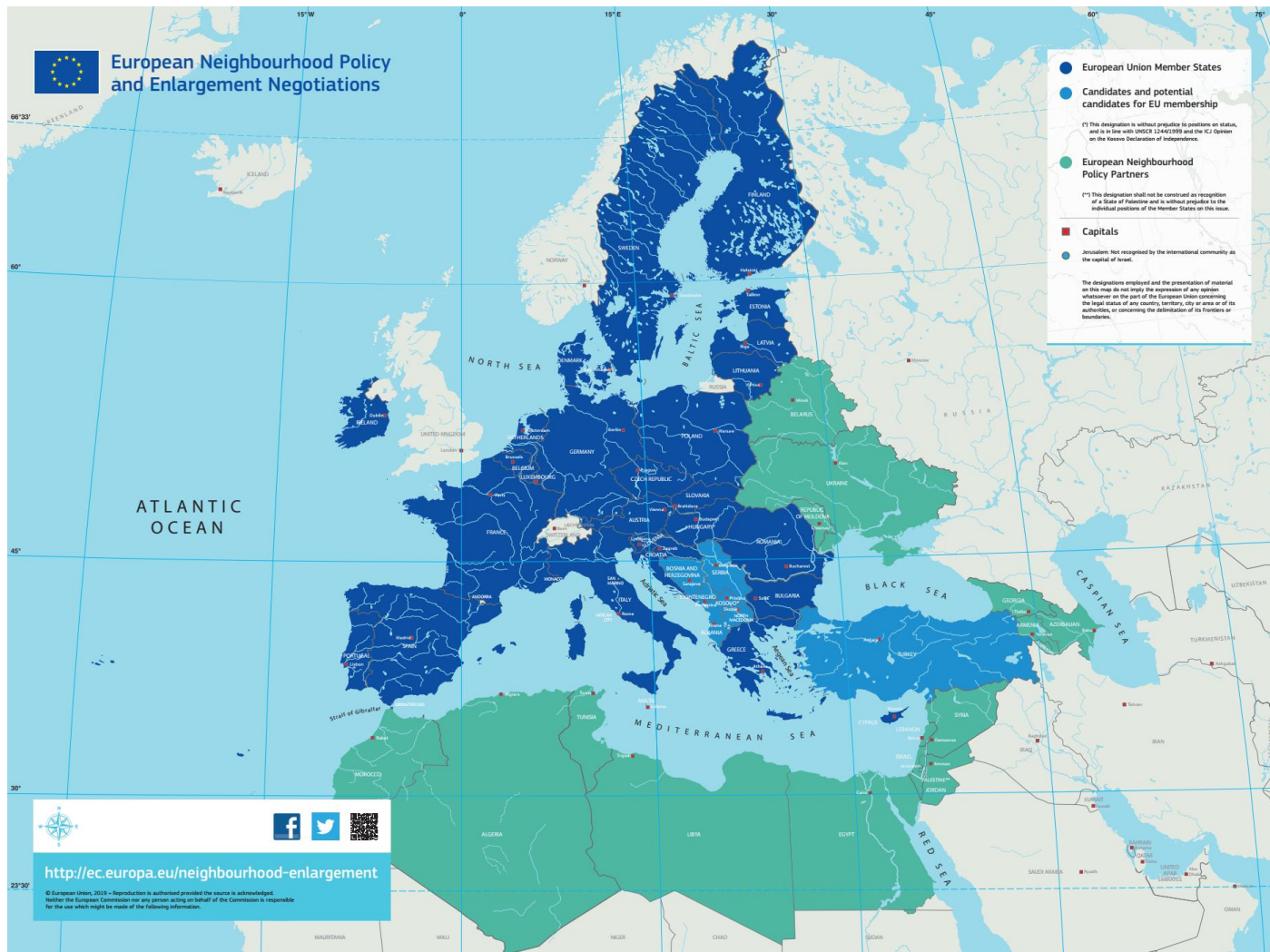
1.1 União Europeia

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma união econômica e monetária, com 27 países-membros (Estados-partes): Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia,



Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

No mapa a seguir, podem ser visualizados os países que fazem parte do bloco econômico, estão em azul (European Union Member States):



As origens da União Europeia remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. Adotam o Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal e República da Irlanda.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os controles de passaporte foram abolidos e os cidadãos dos países do bloco podem entrar e sair livremente em todos os países para passeio, fixar

residência e trabalhar. Contudo, há algumas restrições a esses direitos e, em casos excepcionais, pode ser retomado o controle das fronteiras pelos países, como os relativos à segurança e crises sanitárias. Exemplo foi a pandemia de Covid-19, onde os países fecharam as suas fronteiras temporariamente.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e cinco países-membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeterem a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.

ESCLARECENDO!



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande afluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

Em junho de 2016, por meio de um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que foi denominado de **“Brexit”**. O acrônimo é uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit”



(saída, em inglês). Na votação, 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu. Os termos do acordo de saída negociado por Theresa May com o bloco europeu teriam que ser aprovados pelo parlamento britânico, que rejeitou a proposta por três vezes consecutivas. Devido a isso, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu em julho de 2019, **Boris Johnson**, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairia do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo, o que também não ocorreu. Boris Johnson negociou com a União Europeia um ajuste no acordo de saída, que foi rejeitado pelo parlamento britânico. Além de não ter aprovado, a Câmara dos Comuns determinou ao primeiro-ministro que solicitasse um novo adiamento da saída do Reino Unido do bloco europeu, até **31 de janeiro de 2020**.

Porém, Johnson conseguiu aprovar o adiamento das eleições gerais do Parlamento britânico, realizadas em dezembro de 2019, vencidas pelo **Partido Conservador**, do primeiro-ministro, que conquistou a maioria dos assentos. Após a vitória eleitoral, o acordo do Brexit foi finalmente aprovado pelo parlamento britânico e **o Reino Unido saiu da União Europeia, COM ACORDO, em 31 de janeiro de 2020**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

- **Fatura de saída do Reino Unido:** ficou acordado que o Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 30 bilhões de libras esterlinas (R\$ 172 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fora da União Europeia não há mais a livre circulação de pessoas entre o Reino Unido e os países do bloco. Assim, cidadãos europeus que quiserem residir e trabalhar no país têm que seguir as novas regras migratórias britânicas. O mesmo vale para cidadãos britânicos que quiserem residir e trabalhar na União Europeia, terão que seguir as regras migratórias do bloco europeu.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte:** ao longo do século XX, a organização terrorista Exército Republicano Irlandês (IRA) lutou pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 1998, foi assinado o **Acordo de Belfast**, também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa, que pôs fim as hostilidades entre o IRA e o Reino Unido.



O acordo acabou com o controle da fronteira, permitindo a livre circulação de pessoas, do comércio, de serviços e de capitais entre os dois países, visando uma maior integração entre os irlandeses da ilha da Irlanda. A saída do Reino Unido da União Europeia implicaria na retomada do controle de fronteiras entre ambos, pois a República da Irlanda é um país membro da União Europeia. Havia um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda pudesse reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Contudo, na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços continuará em vigor entre os dois países. Exemplo: uma mercadoria poderá sair da Irlanda e entrar livremente na Irlanda do Norte. Mas se essa mesma mercadoria sair da Irlanda do Norte em direção à Inglaterra, Escócia ou País de Gales terá que passar pelo controle alfandegário britânico. O mesmo vale para um cidadão irlandês ou da União Europeia. Na ilha da Irlanda ele poderá circular livremente, mas se sair da Irlanda do Norte em direção aos demais países do Reino Unido vai passar pelo controle de migração e pelas regras migratórias britânicas.

- **Período de transição:** em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**. Parte expressiva do comércio entre ambos continuará livre de tarifas e cotas de exportação. Outra parte estará sujeita ao controle alfandegário, com tarifas aduaneiras e fiscais. A livre circulação de pessoas também deixou de existir. Valem as regras europeias para migrantes estrangeiros e as regras britânicas para migrantes estrangeiros.

Os direitos de pesca em mares britânicos foi um dos principais pontos de conflito entre os dois lados. Boris Johnson teve de ceder e autorizar que pescadores europeus continuem a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Para que o acordo fosse firmado, o Reino Unido precisou garantir que não vai alterar suas regras ambientais ou trabalhistas e nem subsidiar suas empresas, o que daria a eles uma vantagem que as concorrentes do continente não teriam. Nesse sentido, os apoios e subsídios estatais às empresas devem ser adequados e não permitir situações de vantagem no mercado.

1.2 MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi fundado em 1991 pela Argentina, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**, que são seus Estados-Partes (membros efetivos ou plenos). A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012, estando atualmente suspensa. A primeira suspensão foi em dezembro de 2016, por não ter adequado no prazo concedido, de quatro anos, legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. A segunda suspensão foi em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente no país.



Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado-Parte. México e Nova Zelândia são Estados Observadores.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns. Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

Acordos Comerciais

Em 28 junho de 2019, o **MERCOSUL** e **União Europeia** assinaram um acordo comercial, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. O acordo será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, para entrar em vigor, deve ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

A expectativa é de que o acordo promova uma retomada no fôlego das relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Para além dos aspectos estritamente comerciais, os dois blocos assinaram uma declaração relativa ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, reiterando compromissos com os acordos multilaterais ambientais, incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**, e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O **Mercosul** também assinou um acordo comercial com a **EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio**, formada por Noruega, Suíça, Liechtenstein e Islândia, em agosto de 2019. Ainda não há data para o tratado começar a vigorar. Antes disso, ele precisa ser ratificado pelos oito países envolvidos.



1.3 USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que estava em vigência desde 01/01/1994.

Na sua campanha eleitoral, o então candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometeu rever os termos do NAFTA. O presidente norte-americano considerava que o tratado continha termos que prejudicavam a economia dos Estados Unidos, e, por consequência, favoreciam as economias do Canadá e do México. Como presidente, Donald Trump impôs o maior poder econômico dos Estados Unidos, levando à negociação de um novo acordo comercial com o México e o Canadá, resultado alcançado em agosto e outubro 2018.

1.4 Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por **China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia**, juntamente com os dez países que compõem a **Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean)**: Indonésia, Tailândia, Singapura, Malásia, Filipinas, Vietnã, Myanmar, Camboja, Laos e Brunei.

A aliança elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos. Também inclui proteções sobre propriedade intelectual e capítulos sobre investimentos e comércio de bens e serviços. Além disso, estipula mecanismos para a resolução de disputas entre os países.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, concebida como uma forma de a China se opor à influência que os Estados Unidos vinham exercendo na região durante o governo de Barack Obama.

Os EUA lideraram a formação da **Parceria Transpácifica (TPP)**, na sigla em inglês, da qual faziam parte 12 países da bacia do Pacífico na Ásia e na América. Contudo, ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

O argumento de Trump, para a saída dos EUA foi o de que o acordo continha termos que eram prejudiciais à economia norte-americana e aos trabalhadores do país.

Enquanto o TPP se concentrava na redução de barreiras não tarifárias (proteção do meio ambiente, padrões para investimento estrangeiro), a RCEP dá ênfase principalmente às tarifas, sem a preocupação com proteções dos direitos trabalhistas, oferecidas pelo tratado promovido originalmente pelos EUA.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.



2 – Islamismo, Mundo Árabe e Oriente Médio

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o Islamismo é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. O Alcorão é o livro sagrado do Islamismo, que consiste na coletânea das revelações divinas recebidas pelo profeta Maomé de 610 a 632. Os seguidores da religião são conhecidos como muçulmanos. Atualmente, o Islã é a religião que mais se expande no mundo, está presente em mais de 80 países e compreende mais de um bilhão de fiéis. As duas principais ramificações da religião são os **sunitas** e **xiitas**.

Os sunitas defendem que o chefe do Estado muçulmano (califa) deve reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho. Qualquer fiel pode ser o líder, desde que seja aceito pela comunidade muçulmana. Os sunitas são a grande maioria, mais de 80%, dos muçulmanos no mundo.

Os xiitas defendem que a chefia do Estado muçulmano só pode ser ocupada por alguém que fosse descendente da linhagem familiar do profeta Maomé ou que possuía algum vínculo de parentesco com ele. São maioria apenas no Irã, no Iraque e no Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Os alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.

Mundo Árabe e Oriente Médio

O Oriente Médio é uma região com árabes, turcos, persas, curdos e judeus. Faz parte da Ásia, tem muito petróleo e pouca água. Mas não é em todo o Oriente Médio que há petróleo. O óleo está bastante concentrado em reservas na região do Golfo Pérsico e na Mesopotâmia.

Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu.

O mundo árabe inclui países do Oriente Médio, norte da África e região do Saara. A maneira mais utilizada para identificar as nações árabes é a sua participação na Liga Árabe. No mundo árabe, predominam populações da etnia árabe, embora seja um grupo étnico muito variado entre si, mas que guarda uma herança histórica comum e se organizam em torno da língua árabe.

O mundo árabe ocupa a área que vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio. Os contornos dos atuais países existentes no mundo árabe são, até certo ponto, arbitrários e resultam do domínio das potências estrangeiras sobre a região no início do século XX. Com fortes interesses no controle das grandes reservas de petróleo, governos estrangeiros negociaram a independência de suas colônias ou áreas sob seu controle para que fossem governadas por aliados ou colaboradores.

Irã e Arábia Saudita são rivais, disputam hegemonia e influência no Oriente Médio. Possuem diferenças étnicas e religiosas: os iranianos são persas e muçulmanos xiitas, os árabes são sunitas. Essas diferenças fazem com que apoiem governos e grupos armados de acordo com a orientação religiosa de cada país. Como exemplo, temos a Síria, onde o Irã apoia o governo do xiita Assad, e a Arábia Saudita apoia grupos rebeldes sunitas, e também o Iêmen, onde o Irã apoia os houthis (xiitas) e a Arábia Saudita grupos sunitas ligados ao ex-presidente Hadi.





3 – A Primavera Árabe

Em 2011, o mundo árabe se viu diante de uma série de revoltas populares, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em alusão à Primavera de Praga. O palco dos conflitos foi a África do Norte e o Oriente Médio, região formada por países de maioria árabe e muçulmana. As revoltas ocorreram em países com regimes autoritários e tiveram como resultado a deposição dos ditadores da **Tunísia**, **Egito**, **Líbia** e **Iêmen**. Na **Síria**, a revolta se transformou em uma sangrenta **guerra civil**.

A Tunísia foi onde se iniciou a Primavera Árabe, com a Revolução de Jasmim, sendo o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia. Nos demais países onde os ditadores foram derrubados – Egito, Líbia e Iêmen – a Primavera se transformou num tenebroso “Inverno Árabe”, além da Síria, que descambou para a guerra civil.

4 – O fundamentalismo Islâmico

Ainda que o fundamentalismo esteja atualmente muito associado aos islâmicos, grupos fundamentalistas existem em todas as religiões. Os agrupamentos políticos fundamentalistas buscam impor seus dogmas religiosos como base da organização do Estado e da sociedade. A enorme maioria dos adeptos da religião islâmica é constituída por pessoas comuns que professam uma crença religiosa. Por isso é um erro grave, que tem origem em preconceito religioso ou social, associar grupos terroristas que dizem agir em nome do Islamismo com os hábitos e crenças das populações muçulmanas em geral.

O fundamentalismo islâmico é contrário ao Estado democrático e laico, e sua perspectiva é a do Estado teocrático, como no Irã, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo, o aiatolá. Defendem a implantação da **Sharia** – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do livro sagrado, o **Alcorão**, e da **Suna** (obra que narra a vida e os caminhos de Maomé), como lei, rejeitando o princípio da separação entre religião e Estado.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico, o Boko Haram, Al-Shabaab e Taleban.

Al Qaeda - Fundada pelo saudita Osama bin Laden. Realizou os famosos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo.

Estado Islâmico - O Estado Islâmico surgiu no contexto da ocupação norte-americana no Iraque e da guerra civil da Síria. Nesses dois países, chegou a conquistar vastas áreas e declarar um califado islâmico, que seria uma espécie de país, onde o líder religioso (califa) e o líder político (chefe de estado) são a mesma pessoa. Foi posteriormente derrotado nesses dois países, onde, praticamente, não controla mais nenhum território. Realizou ataques terroristas em países europeus, nos Estados Unidos e em outros continentes. O autoproclamado califa do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, na Síria, em 27 de outubro de 2019.

Boko Haram - Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Criado na Nigéria, atua nesse país, no Chade, Níger e Camarões. A milícia é conhecida pela prática de atos de extrema violência com o objetivo de impor uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica.

Al-Shabaab - Atua na Somália, é mais um grupo que realiza bárbaros atentados terroristas em nome da sua interpretação radical do Islã e da imposição de uma versão rígida da sharia.

Taleban - Surgiu no Paquistão. Estiveram no poder no Afeganistão, de 1996 a 2001. Os Estados Unidos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Apesar disso, o Taleban controla territórios no Afeganistão e realiza bárbaros atentados terroristas no país.

5 – O terrorismo

Terrorismo é o uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Contudo, não há uma definição ou conceito único de terrorismo. A Organização das Nações Unidas, por exemplo, define o terrorismo da seguinte forma: “Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral [...]”.



Um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiarem seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

A retórica da “guerra ao terror” do ex-presidente norte-americano George W. Bush levou muitos a associarem o terrorismo ao islamismo. Na verdade, há **grupos fundamentalistas** em todas as religiões. São os que enxergam nos textos sagrados de sua crença a orientação para a organização do Estado e da sociedade. É uma posição que recusa a democracia e se opõe à perspectiva adotada pela Revolução Francesa (1789) de separação entre religião e Estado.

O **terrorismo islâmico** é uma forma de terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã. São grupos armados que não contam com o apoio e a adesão da maioria da população islâmica. É um erro associar mecanicamente o Islã ao fenômeno do terror político contemporâneo.

O fundamentalismo islâmico é a fonte inspiradora de vários grupos armados do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam. Os mais conhecidos são a Al-Qaeda, o Estado Islâmico e o Boko Haram.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

Na esfera internacional e no âmbito interno dos países, o terrorismo pode ser combatido pelo uso rigoroso e firme de mecanismos legais de repressão e pela cooperação internacional.

O uso de mecanismo legais de repressão deve ocorrer no âmbito do estado de direito, com a preservação de direitos humanos e democráticos da população dos países. A cooperação internacional propicia a realização de um esforço conjunto entre países e organismos internacionais, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança e inteligência internacional, para que se tenham melhores condições de êxito na luta contra o terrorismo.

Por fim, cabe destacar o papel da opinião pública, que, por diversas formas, tem se posicionado frontalmente contrária às ideias, atos e atitudes de organizações terroristas.

6 – A questão Israel-Palestina

A região da Palestina foi ocupada e conquistada por muitos povos, entre eles os judeus. No século VI a.C., o povo judeu iniciou sua primeira dispersão pelo mundo, mas seu projeto de possuir um território só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, a Organização das Nações Unidas aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.



Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, autoproclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Entre 1993 e 1995 foram assinados os Acordos de Paz de Oslo, entre Israel e a ANP, com mediação dos EUA. Os acordos traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina, como embrião do futuro Estado.

Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

O acordo fracassou e o Estado palestino independente ainda não se concretizou. O povo palestino está separado de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 70 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense.** Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical de origem guerrilheira, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Nos últimos 25 anos, essa perspectiva geral dos “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. Do lado israelense, o atual governo defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos **assentamentos israelenses na Cisjordânia.**

Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo. Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

A questão de Jerusalém

Outra divergência é sobre o **status da cidade de Jerusalém.** Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus. A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.



Conflitos em 2021

No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. Foram as hostilidades mais intensas, desde o conflito de 2014, entre Israel e o Hamas.

A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe, ao lado dos muros da Cidade Velha de Jerusalém. Uma decisão do judiciário israelense deu ganho de causa para que judeus possam reivindicar a posse de imóveis que ficam nesse bairro e que eram de propriedade de seus familiares antes da guerra de 1948.

Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.

O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel, que foram em grande parte interceptados pelo poderoso sistema antimísseis israelense, chamado Domo de Ferro.

Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças.

7 - Golpe Militar em Mianmar

Mianmar, antiga Birmânia, é um país localizado no sul da Ásia. No dia 1º de fevereiro de 2021, um golpe de estado derrubou o governo e deteve alguns de seus integrantes, como a líder política **Aung San Suu Kyi** e o presidente do país, Win Myint, estabelecendo, em seu lugar, um regime militar. Quem tomou o poder foi o general **Min Aung Hlaing**, chefe das forças armadas.

Trata-se de um golpe bastante duro, afinal, o país viveu uma longa ditadura militar, que durou de 1962 até 2011.

Os militares justificaram o golpe argumentando que as últimas eleições, realizadas em novembro de 2020, haviam sido fraudadas. No pleito, o partido de Aung San Suu Kyi, ganhou com ampla vantagem, com mais de 80% dos votos.

Aung San Suu Kyi foi uma das principais vozes de resistência contra a repressão do regime militar no país. A atenção internacional crescente conferiu a ela o **Prêmio Nobel da Paz, em 1991**.



Com o fim do regime, seu partido ganhou as eleições em 2015, e ela assumiu o cargo de **conselheira de Estado**. A vitória de Suu Kyi, uma defensora dos direitos humanos, foi muito bem vista no plano nacional e internacional, com boas expectativas.

Contudo, acabou sendo sucedida de uma desilusão, pois ela não fez nada para impedir a expulsão de centenas de milhares de **rohingyas**, que estão sendo expulsos e massacrados pelo exército de Mianmar.

Os rohingyas são um grupo étnico minoritário no país, adeptos do islamismo. Desde 2016, mais de 700 mil rohingyas fugiram do país, indo principalmente para Bangladesh, onde relataram atrocidades dos militares, incluindo massacres e estupros. A ONU classificou a situação como "limpeza étnica".

Mesmo fechando os olhos para a situação dos rohingyas, a sua popularidade no país é enorme, haja vista que o seu partido ganhou as eleições de 2020 com ampla vantagem.

Protestos contra o golpe

Desde o golpe do dia 1º de fevereiro, manifestações regulares têm tomado conta das ruas das principais cidades do país. Milhares de manifestantes foram detidos, incluindo jornalistas, que retratam para o mundo como o exército está respondendo de forma brutal aos protestos. Centenas de manifestantes foram mortos.

O exército estabeleceu estado de emergência, que deverá durar pelo menos um ano, e prometeu eleições limpas em troca do cargo, mas não disse quando isso ocorrerá.

A junta militar também tem bloqueado redes sociais para impedir a organização de mobilizações, ao mesmo tempo em que reformou leis para subtrair direitos fundamentais e permitir detenções arbitrárias.

A reação internacional tem sido de condenação dura à junta militar.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

- A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.
- B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.
- C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.
- D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
- E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

COMENTÁRIOS:

a) Correta. Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.

b) Incorreta. Existem diferentes estágios da integração econômica, alguns mais simples, outros, mais avançados e integrados. O último estágio é a **união econômica e monetária**, onde, além do livre-comércio, adoção de uma tarifa externa comum, livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma moeda comum e a mesma política de desenvolvimento. Na união aduaneira, os países adotam somente a livre circulação de mercadorias e a tarifa externa comum.

c) Incorreta. Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, que chegou ao estágio final da integração econômica, a união econômica e monetária. Contudo, o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia. O país saiu do bloco no processo chamado de Brexit. Foi o primeiro país a deixar a União Europeia.



d) Incorreta. Não se pode dizer que há uma estabilidade econômica nos últimos anos. As duas maiores economias, mais de 90% do PIB passaram e passam por crises econômicas: Brasil e Argentina. Diferenças políticas entre os presidentes do Brasil e da Argentina têm gerado tensionamentos políticos. Assim, há uma certa instabilidade política no Mercosul. Por fim, os membros efetivos ou plenos fundadores do Mercosul são a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012, mas se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul.

e) Incorreta. O bloco regional referido pela alternativa é a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), um dos principais blocos econômicos do mundo, que conta com gigantes como Estados Unidos, China, Canadá e Austrália. O Brasil não faz parte desse bloco.

Gabarito: A

2. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acerto. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1º de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

- (A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.
- (B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.
- (C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.
- (D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.
- (E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

COMENTÁRIOS:

O Reino Unido já estava politicamente fora da União Europeia desde 31 de janeiro de 2020, porém, continuou seguindo as regras comerciais do bloco regional.

De 1º de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, vigorou um período de transição, no qual foi negociado pelas partes um acordo comercial específico. Em 1º de janeiro de 2021, esse acordo comercial entrou em vigor e o Reino Unido deixou de seguir as regras comerciais do bloco, estando, sob esse aspecto, também fora do bloco europeu. O país passou a ter soberania para negociar acordos comerciais específicos com outros países e blocos econômicos e estabelecer regras econômicas internas, de forma independente da União Europeia.



O comando da questão está mal formulado, já que a decisão do Reino Unido de deixar de ser membro da União Europeia foi tomada em um plebiscito, em junho de 2016. Faz parte, mas quem estudou o assunto, não errou essa questão.

Gabarito: C

3. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

- (A) Gordon Brown.
- (B) Thomas Hamilton.
- (C) Thereza May.
- (D) Boris Johnson.
- (E) Richard Spark.

COMENTÁRIOS:

O primeiro-ministro do Reino Unido é Boris Johnson. Ele foi infectado pelo novo coronavírus e contraiu a doença Covid-19 em abril de 2020, mas conseguiu se recuperar.

Gabarito: D

4. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança

- (A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.
- (B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.
- (C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.
- (D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.
- (E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

COMENTÁRIOS:



O enunciado fala sobre uma mudança aprovada pelo Reino Unido que esteve dentre as principais bandeiras dos que defenderam a saída do país da União Europeia, no processo chamado de Brexit. Neste caso, não era necessário saber o fato específico, mas o seu contexto. Dito isto, vamos analisar as alternativas:

a) Incorreto. Invenção do examinador. Não é o que foi estabelecido pela mudança citada no fragmento da notícia que introduz a questão.

b) Correto. A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos do Brexit. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais. Para os defensores do Brexit, deve-se endurecer as regras de imigração. Isso de fato ocorreu no mês de fevereiro. O Reino Unido endureceu as regras à entrada de migrantes poucos qualificados. O enunciado utiliza esse fato como base para a questão.

O novo "sistema de migração baseado em pontos" dará prioridade máxima àqueles que tiverem "as mais altas qualificações e os maiores talentos", incluindo cientistas, engenheiros e acadêmicos. Os candidatos deverão comprovar serem qualificados na área em que trabalham, seu nível de inglês, a profissão que exercem e que receberam uma proposta de emprego de uma empresa britânica que ofereça um salário anual mínimo de 25.600 libras (cerca de R\$ 145.000, ou R\$ 12.100 por mês).

Esse piso salarial pode ser maior, dependendo da ocupação do postulante —quanto maior o nível de qualificação, maior o valor mínimo da remuneração.

O sistema de pontos permite compensações entre alguns requisitos. Um candidato que não tenha doutorado pode substituir os dez pontos atribuídos a essa categoria por uma oferta de salário mais alta que o piso, por exemplo. No entanto, três requisitos devem obrigatoriamente ser atendidos e não podem ser compensados por pontos extras nos demais: ter fluência mínima de inglês para o trabalho que exercerá, ter recebido uma oferta de emprego e que o cargo ofertado seja compatível com o nível de qualificação. Solicitantes de baixa qualificação seguirão as mesmas regras —não haverá um processo específico para eles.

c) Incorreto. A criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa não esteve entre as bandeiras em prol do Brexit. Como ideia, também nunca foi proposta e trabalhada no debate público. Invenção do examinador.

d) Incorreto. O incentivo às relações comerciais com a França e a Alemanha não esteve entre as bandeiras a favor do Brexit. O Reino Unido já realiza um significativo fluxo comercial com França e Alemanha, que figuram dentre seus principais parceiros comerciais.

e) Incorreto. Nenhum outro país saiu da União Europeia. O Reino Unido foi o primeiro. Foi uma saída inédita. Questão sem fundamento. Mais uma invenção do examinador.

Gabarito: B

5. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída



do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

- I. restringir a entrada de imigrantes no país;
- II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;
- III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;
- IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// glo.bo/2Sr7kWz](http://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III, IV.

COMENTÁRIOS:

I - Correto. A restrição da entrada de imigrantes no país foi um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit, com o argumento de que os migrantes tiravam o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social do país, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

II - Correto. A União Europeia possui um orçamento comum, para o qual cada país contribui proporcionalmente ao tamanho da sua economia. Os defensores do Brexit argumentavam que o Reino Unido enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebia de volta em investimentos. Saindo do bloco europeu, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

III - Incorreto. Reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados, não foi um argumento utilizado pelos que defendem o Brexit. Não faria sentido ser a favor da redução de lucros de seu país. A redução dos lucros de exportação foi um dos argumentos utilizados pelos que foram contrários ao Brexit, já que o país não estará mais isento de taxas de exportação e importação no comércio com os países europeus.

IV- Correto. Melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países é um dos argumentos utilizados pelos defensores do Brexit. Os defensores da saída alegam que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.



Gabarito: D

LISTA DE QUESTÕES

1. (CEBRASPE/IBGE/2021 - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE) A formação de blocos regionais que surgiram através da integração econômica se caracteriza, na verdade, como um processo, o qual, normalmente, se distingue por várias etapas. Quando tais etapas são projetadas para o âmbito social e político dão à formação do bloco a característica de união total. Internet: <trilhante.com.br> (com adaptações).

Acerca da formação e da integração econômica dos blocos regionais, assinale a opção correta.

- A) Os blocos possuem o intuito de fortalecer a economia nacional e proporcionar mútua assistência, formando um mercado comum forte e competitivo no âmbito mundial.
- B) A finalidade é sempre chegar a uma união aduaneira, último estágio da formação de um bloco, que permite a circulação de produtos, pessoas, bens, capitais e força de trabalho.
- C) Atualmente o bloco em estágio mais avançado é a União Europeia, com destaque para o Reino Unido, sua maior potência econômica.
- D) A estabilidade política e econômica do Mercosul chama a atenção do mundo para seus membros efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



E) O Brasil, devido a sua riqueza mineral e natural e seu maior parceiro comercial ser a China, faz parte do bloco regional que envolve países da Ásia e do Pacífico.

2. (CESGRANRIO/BASA/2021 – TÉCNICO CIENTÍFICO) As negociações entre o Reino Unido e a União Europeia sobre o pós-Brexit chegam sem definição hoje ao prazo convencionado pelo premiê Boris Johnson e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para um acordo. A três semanas da data limite, as discussões estagnadas preocupam empresas e autoridades, diante da possibilidade de haver escassez de produtos, engarrafamentos, portos bloqueados e fábricas fechadas. Desde o início da semana, federações industriais alertaram sobre o que pode ocorrer a partir de janeiro.

Empresas Reagem a Indefinição do Brexit. Jornal O Estado de São Paulo, Internacional, 13 dez. 2020, p. A11. Adaptado.

Em 1º de janeiro de 2021, o Reino Unido tomou a seguinte decisão em relação à União Europeia:

- (A) manter seus representantes no Parlamento Europeu.
- (B) realizar novo referendo junto aos cidadãos britânicos.
- (C) deixar a condição de país-membro do bloco regional.
- (D) liberar a exigência de visto para trabalhadores do bloco.
- (E) adotar novas medidas para ingresso na zona do euro.

3. (AVANÇA-SP/CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO-SP/2020 – PROCURADOR JURÍDICO) Assinale a alternativa que apresenta corretamente o nome do primeiro-ministro do Reino Unido, que foi infectado pelo Covid-19:

- (A) Gordon Brown.
- (B) Thomas Hamilton.
- (C) Thereza May.
- (D) Boris Johnson.
- (E) Richard Spark.

4. (VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA/2020 – AUXILIAR DE EDUCAÇÃO) Após a saída da União Europeia, em 31 de janeiro de 2020, a mudança, anunciada nesta quarta-feira (19.fev) pelo Ministério do Interior, é um reflexo do Brexit – uma das principais bandeiras dos partidários do “sair” desde o início do processo.

(Folha de S. Paulo – <https://bit.ly/2Y7LQ3Z>. Publicado em 19.fev.2020 – Acesso em 04.jun.2020. Adaptado)

A mudança



- (A) estabelece novas regras de estímulo ao comércio entre o Reino Unido e os países europeus e asiáticos.
- (B) estipula regras rígidas para a entrada de imigrantes europeus ou de qualquer outra região do mundo.
- (C) propõe a criação de um novo bloco econômico formado apenas por países de língua e cultura inglesa.
- (D) determina que as relações comerciais com Alemanha e França sejam incentivadas a partir de 2021.
- (E) estabelece o status de associado aos outros países europeus recém-desligados da União Europeia.

5. (IBADE/IDAF-AC/2020 – TÉCNICO EM DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) “Brexit” é a junção das palavras em inglês “British” e “exit” e significa “saída britânica”. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A defesa do Brexit inclui argumentos que apontam que a saída do Reino Unido do bloco é positiva porque irá, por exemplo:

- I. restringir a entrada de imigrantes no país;
- II. aumentar os recursos públicos disponíveis exclusivamente para os britânicos, com o fim dos valores repassados ao EU;
- III. reduzir lucros devido à cobrança de tarifas de exportação para os países europeus, destino de grande parte dos produtos britânicos exportados;
- IV. melhorar as possibilidades de negociação em acordos bilaterais com outros países.

(G1, 13/12/2019. Disponível em: < [http:// https://glo.bo/2Sr7kWz](http://https://glo.bo/2Sr7kWz)>. Adaptado)

São argumentos favoráveis ao Brexit:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, III, IV.



GABARITO

GABARITO



1. A
2. C

3. D
4. B

5. D



RESUMO

Blocos Econômicos

A globalização ampliou largamente a formação de blocos econômicos, que são organizações criadas por países para promover a integração econômica; o crescimento econômico e a competitividade internacional dos países-membros.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – Além do livre comércio, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – Caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e pela adoção da tarifa externa comum.

- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores e a tarifa externa comum, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

União Europeia

Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 27 países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda (Países Baixos), Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polônia, Portugal, República Checa, Romênia e Suécia.

O Euro, moeda comum, é adotado por 19 dos 27 países membros. Países que não adotam o euro: Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polônia, República Checa, Romênia e Suécia.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**.

Espaço Schengen - zona de livre circulação de pessoas, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia e Irlanda não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande influxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, que criticam regulações e decisões tomadas pelo bloco que, para eles, enfraquece a soberania nacional dos seus países. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de



seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

Brexit

Reino Unido é formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Ingressou na União Europeia em 1973, não é membro fundador. Não aderiu à moeda única.

Brexit é a abreviação das palavras "British" (britânico, em inglês) e "exit" (saída). Em plebiscito realizado no Reino Unido, em junho de 2016, **52% dos eleitores votaram por sair da União Europeia**, 48% votaram por permanecer. A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. **Theresa May** assumiu como primeira-ministra.

Reino Unido e União Europeia negociaram um acordo de saída para que ela não ocorresse de forma unilateral. Saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, o que não aconteceu. Sem conseguir aprovação do acordo com o Parlamento britânico, Theresa May renunciou ao cargo de primeira-ministra.

No seu lugar, assumiu, em julho de 2019, **Boris Johnson**, que conseguiu aprovar a saída do Reino Unido da **União Europeia em 31 de janeiro de 2020, com acordo**. É uma **SAÍDA INÉDITA**, é a primeira vez que um país membro sai do bloco econômico.

Principais pontos do acordo do Brexit:

Fatura de saída do Reino Unido que terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos com a União Europeia, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu.

Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia: cidadãos europeus que já estavam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus).

Fronteira entre a República da Irlanda e a britânica Irlanda do Norte: Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira.

Período de transição: em que o Reino Unido já estava fora da União Europeia, mas que continuava seguindo as regras comerciais do bloco. Nesse período, que terminou em **31 de dezembro de 2020**, as duas partes negociaram um acordo comercial.

Pelo acordo, **o país não fará mais parte do mercado único e nem da zona de livre circulação do bloco**.

Direitos de pesca em mares britânicos: pescadores europeus continuarão a ter acesso às águas britânicas durante um período transitório, que durará até junho de 2026, podendo pescar 75% do que pescam atualmente.

Mercosul

Membros fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ingressou no bloco em 2012 e atualmente encontra-se suspensa, com base na cláusula democrática, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma ruptura na ordem democrática do país e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.



Estados associados: os demais países da América do Sul – Bolívia (em processo de adesão como Estado-Parte), Chile, Equador, Peru, Colômbia, Guiana e Suriname. Estados observadores: México e Nova Zelândia.

Possui acordos de livre comércio com Egito, Israel e Palestina. Assinou um acordo de livre comércio com a União Europeia em junho de 2019, finalizando 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos. Também assinou, em agosto de 2019, acordo de livre comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

USMCA

O **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** entrou em vigência em 01/07/2020 em substituição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esse novo acordo é uma vitória de Donald Trump, pois traz termos mais favoráveis ao Estados Unidos, em relação ao NAFTA, que o presidente considerava que era prejudicial a economia norte-americana.

Além da mudança de nome, foram feitas alterações nas áreas de comércio digital, propriedade intelectual, medicamentos e setor automotivo. O USMCA **ficará em vigor por 16 anos**, a partir do início da sua vigência, sendo revisado a cada 6 anos e passível de prorrogação.

Parceria Econômica Regional Abrangente

Maior associação comercial do mundo, formada por China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, juntamente com os dez países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O acordo elimina tarifas sobre grande parte dos bens trocados entre os membros pelos próximos 20 anos.

A ideia do RCEP nasceu em 2012, com o objetivo de se opor à Parceria Transpacífica (TPP), grande bloco comercial estruturado no governo de Barack Obama, que contava com importantes países da América e Ásia. Ao assumir a presidência, Donald Trump retirou os Estados Unidos do TPP, o que inviabilizou a continuidade do bloco.

A assinatura do RCEP representa uma grande vitória para a China, que consolidará sua influência na Ásia, em detrimento dos Estados Unidos.

Islamismo

Ao lado do Cristianismo e do Judaísmo, o **Islamismo** é uma das três grandes religiões monoteístas, ou seja, que acreditam na existência de um único Deus. **Alá** (Allah, Deus em árabe). Livro sagrado: Alcorão. Seguidores da religião são conhecidos como **muçulmanos**.

Divisão em dois grandes ramos, **sunitas** e **xiitas**, remonta ao século VII e tem origem na disputa sobre a sucessão do profeta. Nos séculos seguintes, essa divisão passou a incluir também agravos e diferenças teológicas. Sunitas defendiam que o chefe do Estado muçulmano (califa) deveria reunir virtudes como honra, respeito pelas leis e capacidade de trabalho, porém, não achavam que ele deveria ser infalível ou impecável em suas ações. São a grande maioria, mais de 80% dos muçulmanos no mundo.

Xiitas defendiam que a chefia do Estado muçulmano só poderia ser ocupada por alguém que fosse descendente do profeta Maomé ou que possuísse algum vínculo de parentesco com ele. São maioria apenas no Irã, Iraque e Azerbaijão; nos dois primeiros, os presidentes são dessa ramificação. Alauítas são uma variação moderada dos xiitas, presentes, sobretudo na Síria, tendo o presidente Bashar al-Assad como um dos seus seguidores.



Mundo Árabe
Região de maioria étnica árabe e religião islâmica, remanescentes do grande Império Árabe. Sua área vai do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio.
Oriente Médio
Região que faz parte da Ásia, com muito petróleo e pouca água. Integra Irã e Turquia, com populações islâmicas não árabes, e Israel, país judeu. Os curdos habitam vários países do Oriente Médio, região onde também vivem várias minorias, como os assírios e os caldeus. Irã (persas e xiitas) e Arábia Saudita (árabes e sunitas) são rivais, disputam hegemonia e influência na região.
Primavera Árabe
Revoltas em países de população com maioria árabe e com regimes autoritários, teve como resultado a deposição dos ditadores da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen. Na Síria, a revolta se transformou em uma sangrenta guerra civil. Tunísia é o único país em que a revolta popular alcançou o objetivo da democracia.
Fundamentalismo Islâmico
Contrário ao Estado democrático e laico, buscam o Estado teocrático, onde o chefe do Estado é o líder religioso supremo. Defende a implantação da Sharia – o conjunto de leis e códigos de conduta extraídos do Alcorão e da Suna. Fonte inspiradora de vários grupos armados e terroristas do mundo islâmico, que lutam pela tomada do poder nos países em que atuam, como Al-Qaeda, Estado Islâmico, Boko Haram, Al-Shabaab e Taleban. Al Qaeda - Fundada pelo saudita Osama bin Laden. Realizou os famosos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A morte de Bin Laden por uma equipe da Marinha dos EUA, em 2011, enfraqueceu o grupo. Estado Islâmico - O Estado Islâmico chegou a conquistar vastas áreas da Síria e Iraque. Foi derrotado nesses dois países, onde praticamente não controla mais nenhum território. Realizou ataques terroristas em países europeus, nos Estados Unidos e em outros continentes. O autoproclamado califa do grupo, Abu Bakr al-Baghdadi, morreu durante uma operação militar dos Estados Unidos, na província de Idlib, na Síria, em 27 de outubro de 2019. Boko Haram - Boko Haram significa “educação ocidental é pecado”. Atua na Nigéria e realiza incursões no Chade, Níger e Camarões. Criado na Nigéria, pratica atos de violência com o objetivo de impor nesse país uma versão mais radical da Sharia (a lei islâmica), que veta a adoção de vários aspectos da cultura ocidental, como a educação laica. Al-Shabaab - Atua na Somália, é mais um grupo que realiza bárbaros atentados terroristas em nome da sua interpretação radical do Islã e da imposição de uma versão rígida da sharia. Taleban - Surgiu no Paquistão Estiveram no poder no Afeganistão, de 1996 a 2001. Os Estados Unidos lideraram uma força internacional que combateu a milícia e os retirou do poder. Apesar disso, o Taleban existe até hoje, controla territórios no Afeganistão e realiza bárbaros atentados terroristas no país.



Terrorismo

Constitui-se no uso de violência física ou psicológica, por meio de ataques localizados a elementos ou instalações de um governo ou da população governada, de modo a incutir medo, terror, e, assim, obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas, alargando-se para a população do território.

Definição da ONU: atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral. Um ato terrorista serve como uma vitrine para grupos terroristas se promoverem, mostrarem força e desafiar seus inimigos. O grupo terrorista consegue, dessa forma, chamar atenção para suas causas políticas, que geralmente são bastante radicais.

Terrorismo de Estado - regime de violência instaurado por um governo, em que o grupo político que detém o poder se utiliza do terror como instrumento de governabilidade. Repressão e restrição das liberdades individuais.

Terrorismo islâmico - terrorismo religioso cometido por extremistas islâmicos. Fundamenta-se numa leitura dogmática e literal de trechos do Alcorão, o livro sagrado do Islã.

O terrorismo, por definição e por sua própria natureza, não aceita o contrário e, em vez de assumir o confronto de ideias, parte para a eliminação do adversário, considerado como um inimigo irreconciliável. Os valores democráticos caracterizam-se como o oposto dessa visão autoritária e estreita do terrorismo.

A questão Israel-Palestina

Em 1947, a (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – combateram o nascente Estado judeu. Israel venceu a guerra e se expandiu territorialmente passando a ocupar 75% da Palestina. Além disso, ao fim da guerra, o Egito e a Transjordânia ocuparam as áreas palestinas. Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel passa a controlar a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza. Com os palestinos deteriorados e divididos, a população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz (1993-1995) assinados entre Israel e a ANP traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia. A implementação do acordo teve um sucesso inicial, mas fracassou posteriormente. O Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves que apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

O Hamas controla a faixa de Gaza e a ANP, partes da Cisjordânia.

Nos últimos anos, a perspectiva de “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. O atual governo israelense defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos assentamentos israelenses na Cisjordânia.



Outro problema é sobre o status da cidade de Jerusalém. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.

Em dezembro de 2017, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Conflitos em 2021: No mês de maio de 2021, irrompeu uma nova série de enfrentamentos entre judeus israelenses, árabes palestinos e árabes israelenses. A escalada de violência teve origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro onde vive população de maioria árabe. Somado a isso, houve a severa vigilância israelense dos palestinos durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos. Foram usados spray de pimenta e granadas de choque dentro da Mesquita de Al-Aqsa.

O Hamas emitiu um ultimato incomum a Israel para remover suas forças da Esplanada das Mesquitas e de Sheikh Jarrah. Israel não acatou a ordem, e o Hamas iniciou, então, o disparo de foguetes contra Israel. Em resposta, o Exército israelense intensificou suas operações contra as infraestruturas das milícias do Hamas e da Jihad Islâmica. Nos dias seguintes, novas ações militares foram realizadas por ambos lados.

Após 11 dias de conflito, foi anunciado um cessar-fogo, que foi mediado pelo Egito. Segundo estimativas da ONU, cerca de 240 pessoas morreram durante o conflito, a maioria palestinos. Dentre esses, estão 65 crianças.

Golpe Militar em Mianmar

No dia 1º de fevereiro de 2021, os militares deram um golpe de estado e destituíram o governo democraticamente eleito do país. A líder política **Aung San Suu Kyi**, o presidente do país e membros do governo democrático foram presos. O golpe militar foi liderado general **Min Aung Hlaing**, chefe das forças armadas.

Trata-se de um golpe bastante duro, afinal, o país viveu uma longa ditadura militar, que durou de 1962 até 2011.

Os militares justificaram o golpe argumentando que as últimas eleições, realizadas em novembro de 2020, haviam sido fraudadas. No pleito, o partido de Aung San Suu Kyi, ganhou com ampla vantagem, com mais de 80% dos votos.

Aung San Suu Kyi era conselheira de Estado desde 2015. Defensora dos direitos humanos, ela figurou na luta contra o regime militar no país. Em 1991, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Contudo, contra ela pesam críticas por não ter feito nada para impedir a expulsão de milhares de **rohingyas**, que estão sendo expulsos e massacrados pelo exército de Mianmar. Os rohingyas são uma minoria étnica, que segue o islamismo.

Mesmo fechando os olhos para a situação dos rohingyas, a sua popularidade no país é enorme, haja vista que o seu partido ganhou as eleições de 2020 com ampla vantagem.

A resistência ao golpe militar tem sido intensa, manifestações regulares têm tomado conta das ruas das principais cidades do país. Milhares de manifestantes foram detidos, e centenas de manifestantes foram mortos. A repressão tem sido duríssima.

A reação internacional tem sido de condenação ao golpe e a junta militar que se estabeleceu no poder.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.